

O DISCURSO DISCENTE E A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

Senira Anie Ferraz Fernandez
digame@uol.com.br

Helena Gemignani Peterossi
hgemig@bol.com.br

Sergio Eugenio Menino
sergiomenino@ig.com.br

Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, São Paulo, Brasil

Resumo

O objetivo deste artigo é o estudo do ensino superior privado sob o ponto de vista de seus alunos. A justificativa é o entendimento de que a crítica da universidade é uma das condições de avanço rumo à conquista de um ensino de melhor qualidade, a partir de sua expansão desenfreada. A metodologia constitui-se de coleta de dados por meio do contato pessoal e prolongado do pesquisador com o objeto de análise: os *discursos naturais* de universitários da cidade de São Paulo. Os principais aspectos foram: infra-estrutura deficiente e excesso de alunos por classe; ausência de sonorização da sala de aula e impossibilidade de visualização do professor. O conforto físico é apresentado como um facilitador de aprendizagem. Autoritarismo do professor aliado à incompetência didática e má formação técnica como inibidores deste processo. É recorrente a citação de altas mensalidades e taxas abusivas. Cita-se, com insistência, a inadequação do currículo, má formação do profissional e difícil inserção no mercado de trabalho. Delineia-se: ou se faz da boa universidade uma prioridade efetiva, reunindo vontade política de seus mantenedores, competência técnica de seus gestores e saudável fiscalização governamental ou o país pagará o preço de sua própria falta de critério e visão.

1. Introdução

Recorrendo-se a diagnósticos recentes temos que a última década viu acentuar a deterioração do ensino brasileiro, com raras exceções, em todos os graus. O desgaste se refere a uma política educacional instalada que teve como conseqüências a desorientação dos poderes públicos, o despreparo dos docentes, a precariedade de instalações físicas e equipamentos e carência de meios técnicos para alcançar um mínimo de eficácia nos objetivos de ensino e de pesquisa.

Uma das distorções mais evidentes no ensino superior privado é a oferta de cursos noturnos precários destinados a trabalhadores-alunos. Há, no entanto, progressos a destacar: o acesso ao ensino superior ampliou-se de modo a alcançar boa parte da população jovem, a pesquisa científica desenvolveu-se significativamente, algumas instituições já se ocupam dos serviços de extensão comunitária e observa-se um sistema de pós-graduação, especialmente de especialização, muito difundido nas instituições particulares de ensino superior.

Quanto aos cursos superiores noturnos privados, sabe-se que estes se concentram nas áreas de humanas ou licenciaturas, o corpo docente é instável e a docência noturna é atividade complementar a atividades diurnas não docentes; as condições de trabalho são precárias quanto a material didático, biblioteca, carga horária, estágios e disponibilidade do aluno para pesquisa. Enquanto as universidades públicas têm demonstrado pouco interesse em repensar as licenciaturas, as universidades particulares e Instituições Privadas de Ensino Superior se apressam em oferecê-las ainda que em condições precárias e com docentes não qualificados ou titulados.

Uma discussão fica no ar: é o ensino superior que condiciona o mercado ou, ao contrário, é o mercado que influencia os projetos de uma universidade? Neste caso fica a universidade relegada a um papel secundário em termos de formação de conhecimento.

A universidade e o ensino superior têm a tarefa primordial do compromisso com a investigação científica, com a modernidade e com as fronteiras da ciência e da tecnologia. É inevitável, porém, que o mercado influencie o ensino superior. Há uma mobilidade muito grande dos profissionais nesta década com conseqüente mudança de perfil profissional. Temos observado, ainda, um anseio das classes sociais desfavorecidas em relação ao diploma universitário enquanto fonte de ascensão social.

Para Shor (1986) e Freire (1973) a teoria deve sempre abranger o cotidiano e o desafio de um professor será incorporar o pensamento crítico à realidade costumeira. Enquanto a motivação para aprender tem que estar dentro do reconhecimento, pelo estudante, da importância que o conhecimento tem para ele, as provas, a disciplina, os castigos, as recompensas e até a promessa de emprego não são mais que incentivos artificiais alienados do verdadeiro ato de aprender. Neste sentido o necessário ensino dos conteúdos estará indelevelmente associado a uma leitura crítica da realidade.

Saviani (1965), assim se expressa: “A essa altura da discussão podemos indagar: o que é hoje a universidade? um supermercado de disciplinas e cursos; um castelo ou santuário da retórica e da erudição, uma agência de capacitação técnica de profissionais ou uma Instituição crítica e criativa?”

A função da política educacional está em fornecer aos cidadãos de qualquer condição, raça ou procedência os meios para o acesso a uma vida melhor. Assim, o papel da universidade é o de, prioritariamente, servir à comunidade na qual está inserida, haja vista sua condição de organização social. Para Gramsci (*apud* Macciocchi, 1976), criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas originais, significa também e, sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, socializá-las, por assim dizer, transformá-las, portanto em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral.

Acreditamos que as universidades devem dominar, ampliar e definir o saber humano, voltar-se, sobretudo, para o aproveitamento dos recursos naturais, especialmente em países subdesenvolvidos e não poupar esforços no sentido de promover a criatividade cultural autônoma. Passar do senso comum à consciência filosófica, diz Saviani (1965), significa passar de uma concepção fragmentária, incoerente, desarticulada, implícita, degradada, mecânica, passiva e simplista para uma concepção unitária, coerente, articulada, explícita, original, intencional, ativa e cultivada.

Fica evidente a necessidade de questionamento do papel da universidade já que, no ensaio e erro das reformas econômicas, sociais e políticas, a tradição formalista de nossa educação revela-se no próprio âmbito de nossa história cultural e educacional com os modelos importados e ausência de realizações concretas.

2. Objetivos

O presente estudo busca contribuir para a compreensão da universidade privada no Brasil, sob a óptica do aluno universitário, a partir do pressuposto de que a crítica da universidade é condição *sine qua non* para a conquista de ensino superior de qualidade. Ao denominar-se universidade a instituição de ensino superior compromete-se, inarredavelmente, com projeto educacional em que há necessária articulação entre ensino, pesquisa e extensão (serviços prestados à comunidade). São fenômenos deste estudo: alunos, sala de aulas, equipamentos escolares, bibliotecas, procedimentos administrativos, relações entre os alunos, relações entre professores e alunos, bedéis e afins e aula propriamente dita.

Assim sendo, o presente trabalho representa o esforço destes pesquisadores para compreender e explicar o ensino superior particular no Brasil.

A sistematização do conhecimento registrada e impressa pelos teóricos no trato com o problema investigado, compõe, conjuntamente com a observação direta do fenômeno, a essência do presente estudo.

Assim, objetiva-se, com esta investigação, conhecer as relações entre os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem que ocorre no Ensino Superior. Observar como se dá a visão crítica do aluno universitário sobre sua própria universidade assim como verificar qual o significado atribuído ao conceito de universidade particular pelo seu principal destinatário.

3. Método

A investigação inicia-se com o diagnóstico de três universidades, a partir do relato de seus alunos, do levantamento das condições de ensino dessas instituições procurando demonstrar a distância entre a realidade educacional brasileira e o discurso oficial sobre essa realidade. Para

viabilizar, tecnicamente, a pesquisa, aproveitou-se uma relação docente de um dos pesquisadores com o ensino superior privado e perguntou-se aos alunos - seus alunos - o que pensavam sobre sua universidade. Há uma convicção de que é o aluno o consumidor final do ensino e que somente ele pode alertar, denunciar e até instaurar uma revolução na qualidade do ensino.

Observa-se uma incoerência entre o discurso governamental sobre o ensino superior no Brasil e a visão oferecida pelo próprio aluno ou vivenciada pelo professor universitário. Desse modo, o fenômeno a ser investigado é a visão do estudante universitário sobre seu curso, suas aulas, seus professores, sua universidade.

Este estudo significa para os pesquisadores a oportunidade de tornar viva e divulgar a visão que os sujeitos declaram ter do objeto de investigação. Os sujeitos, nesta investigação, têm papel absolutamente essencial. São eles próprios parte do fenômeno que se propõe compreender. Constituem, em conjunto com os pesquisadores, o universo de inquiridores da realidade e são os reais beneficiários das respostas encontradas.

A metodologia utilizada nesta investigação pode ser considerada híbrida na medida em que conta com instrumentos referidos a análises quantitativas e qualitativas, coletando-se os dados pela via fenomenológica e processando esses mesmos dados de forma experimental por meio da sua categorização. A justificativa da utilização de uma metodologia híbrida é a de que com ela se objetiva sobrepujar a sensação de que os seres humanos são, de certa forma, estrangeiros no universo, meros subprodutos acidentais de forças cegas e sem nenhum papel especial a desempenhar no esquema das coisas.

Assim, crê-se que só quando for possível habitar uma realidade, passa-se a conhecê-la, sendo que habitar, no presente estudo, não significa abdicar de sentimentos, valores e principalmente da própria história de vida, experiência absolutamente única e pessoal.

Em síntese, caracteriza esta metodologia: o contato direto e prolongado dos pesquisadores com a situação e com as pessoas ou grupos selecionados; o grau de envolvimento dos pesquisadores com a situação pesquisada; o esquema aberto e artesanal de trabalho que permite aos pesquisadores transitar entre observação e análise, teoria e prática no trato com o fenômeno; a seleção da população de estudo e utilização de coleta de dados com critério oportunista e análises particulares e gerais compreendendo os discursos naturais do sujeito.

Considerando-se que o objeto de estudo inclui comportamento humano do ponto de vista de confiabilidade, crédito e valorização humana, o campo da realidade, neste, caso ultrapassa o observável, pairando nos domínios do plausível ou esperado. Ao estudar o ensino superior, ainda que privilegiando a óptica do aluno, seu usuário, foi imprescindível situá-lo em um contexto, ou seja, em uma Instituição de Ensino Superior.

Nesse trabalho, os pesquisadores selecionaram sua população de estudo dentre três universidades sediadas na capital paulista, de modo prático, coletando dados em instituições nas quais trabalham como professor e/ou coordenador e cursos e turmas às quais lecionam ou conhecem. Essas instituições atendem, de modo geral, a jovens de poder aquisitivo baixo - considerado o parâmetro universitário - com percurso escolar comprometido por cursos supletivos de segundo grau de qualidade duvidosa. Tais alunos possuem, segundo pesquisas das próprias instituições, vocabulário reduzido, detectado pelo relato da ausência de leituras. Os dados sobre os alunos foram obtidos em pesquisas de praxe feitas pelas três instituições quando da realização do processo seletivo. Sabe-se, então, que a grande maioria utiliza o transporte coletivo, trabalha durante todo o dia e tem dificuldade para pagar a faculdade.

Os cursos escolhidos foram os de Comunicação Social e de Letras na Instituição de Ensino aqui denominada A; cursos de Pedagogia e de Administração de Empresas na Instituição de Ensino B e cursos de Matemática e de História na Instituição de Ensino C. As séries escolhidas foram as iniciais e as finais.

Definidas as instituições de ensino, os cursos e as séries, procedeu-se à aplicação do instrumento, observando-se sempre, as peculiaridades de cada instituição de modo a não interferir em sua rotina educativa. Para garantir o anonimato, os sujeitos foram codificados, bem como seus cursos, séries e Instituições. Os alunos foram tranquilizados quanto à divulgação dos dados, isto é, houve a garantia de anonimato, registrando-se os resultados sempre em termos de: os alunos, a classe, a turma, jamais com identificação pessoal ou da instituição

O procedimento utilizado constou de uma folha papel sulfite em branco, distribuída aos alunos participantes e a frase escrita na lousa: “contribua para a melhoria da sua universidade e do seu curso denunciando e sugerindo”. A aplicação ocorreu em sala de aula, coletivamente, pelos professores, incluindo os pesquisadores, a partir da explicação: “ estamos fazendo uma pesquisa para compreender melhor o Ensino Superior Particular em São Paulo; os alunos que quiserem colaborar, por favor, respondam à questão que está na lousa.”

O participante disse, por escrito, aos pesquisadores o que pensa sobre seu curso, seus professores e sua universidade e fazendo seus relatos em forma de discurso natural. Desses relatos, retiraram-se, porções significativas, segundo a óptica dos pesquisadores, que as reproduziram na íntegra. Ao conjunto desses significativos, deu-se o nome de protocolo.

Esses protocolos correspondem a um resumo do discurso do sujeito. O primeiro passo no tratamento dos dados foi a codificação dos sujeitos. Os pesquisadores mantêm arquivado o relato original do aluno, que, com seus erros de gramática, organização do pensamento e até emprego de vocabulário próprio ao jovem eivado de gíria, o que atesta a autenticidade de seus sentimentos. Os sujeitos, alunos universitários são os verdadeiros agentes da pesquisa; são eles

que apresentam a sua particular e específica visão do fenómeno. São a parte interessada e beneficiada ou prejudicada. São os consumidores de um serviço que eles julgam, avaliam, condenam ou absolvem.

A vivência que possuem, a experiência percebida de modo consciente por eles tem um tempo determinado do qual foi recortado um momento fugaz não estático, está sempre em movimento. Os resultados são, assim, muito diferentes dos resultados provenientes da simples informação. Eles são vividos, e, absolutamente, intencionais. A relação entre os fenómenos, no caso, curso, prática docente, universidade e sujeitos é intensa, dinâmica, situada especificamente e concreta. A partir desta coleta de dados, cento e vinte discursos foram selecionados, de forma oportunista, considerando-se apenas o critério de dez sujeitos para cada série/curso, perfazendo quarenta para cada Instituição de Ensino Superior.

A metodologia utilizada é um composto de parâmetros qualitativos representados pela relação direta entre os pesquisadores - professores universitários - e a fonte de dados - aluno universitário e tratamento dos dados com análise do seu significado e, por outro lado, parâmetros quantitativos representados pela contagem dos dados coletados e construção de categorias conceituais. Os discursos naturais de todos os sujeitos foram analisados e interpretados pelos pesquisadores tendo sido especificados em unidades de significado, isto é, em expressões identificadas como sendo configurativas da percepção do sujeito sobre o fenómeno investigado.

As respostas - discursos naturais - foram lidas, analisadas e interpretadas à luz das crenças, expectativas e valores dos pesquisadores. Procedeu-se à extração da ideia principal e sua inserção em categorias quais sejam: mercantilismo na educação; infra-estrutura oferecida pela universidade; perfil ocupacional do curso; sistema disciplinar dentre outras.

Inicialmente, foi elaborado um quadro geral para o arrolamento das categorias gerais dos significativos de todos os sujeitos. Os resultados foram discutidos buscando-se responder à interrogação inicial: o que pensam alunos do ensino superior privado sobre sua própria universidade.

4. Resultados

Ao reler, discutir e refletir sobre os discursos apresentados pelos alunos percebe-se que a sua grande denúncia é sobre a infra-estrutura como sendo, basicamente, um menor número de alunos por sala, um equipamento de som compreendendo microfones e auto-falantes e a instalação de tablado, no qual o professor possa se destacar para ser melhor visualizado em classe. Há, ainda, uma preocupação dos alunos com o próprio conforto físico já que esse conforto poderia facilitar a aprendizagem. Sempre recorrente é a solicitação para a subdivisão

das classes - muito numerosas. Também preocupa a questão do fumo e uma sugestão é a separação entre fumantes e não fumantes.

Quanto à questão metodológica percebe-se uma insatisfação do aluno quanto às dificuldades de relacionamento com os professores e uma incompreensão da relação entre algumas matérias e o próprio curso ou profissão correspondente. Cita-se, em especial, (aqui garantindo o anonimato) um professor que vem sistematicamente indispondo-se com a classe e, com isso, dificultando as relações professor-aluno. Com o agravamento da crise financeira e o peso representado pela mensalidade escolar no orçamento do aluno surge a crítica quanto a apostilas vendidas pelo professor. As falhas no ensino são citadas com alguma frequência, além da crítica do desempenho do professor que não estaria cumprindo seu papel já que alguns não têm autoridade sobre a classe e nem vontade de lecionar.

Há, ainda, uma grave denúncia sobre venda de bebidas alcoólicas no bar dentro da universidade e no horário de aulas o que tem influenciado, negativamente, nas aulas.

Tendo em vista todas essas constatações propõe-se ampla discussão sobre o papel do ensino superior no Brasil.

5. Conclusões

O material aqui exposto, analisado e interpretado bem como as considerações e proposições oferecidas significam tão somente um ponto de partida para novas investigações e estudos além de representar, para os pesquisadores a possibilidade de repensar suas próprias práticas docentes e na busca da compreensão maior, uma vez que a observação direta da realidade pode captar o sentido do fenômeno observado. A sistematização dessas observações valida o próprio conhecimento.

A conjuntura na qual se insere a discussão do papel da universidade brasileira é de crise mundial. Os países com maior êxito em termos de educação são os que conseguiram integrar a universidade à suas próprias estruturas, às suas sociedades, às suas cultura. É preciso tornar a escola aceitável, o que não pode ser feito com moldes estrangeiros, fórmulas alienígenas, sugeridas por influências do exterior.

A história da educação universitária deixa triste herança: ensino demasiado acadêmico, mais teórico que prático, enfatizando estudos humanísticos, divorciados da realidade social. Um ensino que visa ao diploma, ao título, hoje um quesito para o exercício legal de uma profissão. O saber é relegado a segundo plano: os gênios, como se sabe, não agüentaram, no mundo ocidental, frequentar esses cursos até o fim, construindo suas revolucionárias teorias como autodidatas, seja nas artes, seja nas ciências. Esse condicionamento da escola ao diploma é uma

invenção recente e ocidental pois nas civilizações antigas o estudante adquiria o saber e provava sua competência nas situações de vida prática.

Os inúmeros efeitos perversos do baixo nível educacional do ensino universitário são notórios, seja do ponto de vista social, seja do ponto de vista econômico e colocam a sociedade brasileira em confronto com uma decisão tão inadiável, quanto fundamental para o seu futuro.

Ou se faz da boa universidade uma prioridade efetiva, reunindo vontade política e competência técnica de seus mantenedores além da saudável fiscalização governamental ou o país pagará o preço de sua própria falta de critério e visão, permanecendo na ignorância e no subdesenvolvimento por mais algumas gerações.

A gestão de um sistema educacional, mesmo de terceiro grau não pode ser feita sem função de critérios meramente pedagógicos, em seu sentido ingênuo de simples transmissão de conteúdos. Devem ser pesados, também, os argumentos relacionados a custos e eficácia. É preciso mobilizar todos os segmentos do Estado e da Sociedade, enfim, adaptar os sistemas educacionais e a própria universidade ao contexto local.

Fica evidente a necessidade de questionamento do papel da universidade já que, no momento em que o país retoma sua verdadeira vida democrática, no ensaio e erro das reformas econômicas, sociais e políticas, a tradição formalista de nossa educação revela-se no próprio âmbito de nossa história cultural e educacional com os modelos importados e ausência de realizações concretas.

Poder-se ia dizer que alunos que passam por mãos de professores despreparados têm, de modo geral, fraco desempenho profissional.

A tecnologia representa hoje a principal moeda de troca da economia mundial e os países que não detivessem conhecimento, fornecido e desenvolvido na universidade, correrão o risco de se transformarem em simples agregados das grandes potências.

A acentuada expansão quantitativa do ensino superior no Brasil desencadeada ao final da década de sessenta demandou o recrutamento de professores inexperientes, recém formados ou profissionais liberais absorvidos para o trabalho docente sem o mínimo preparo para esta função. Essa política expansionista do ensino particular provocou uma multiplicidade de problemas que vão desde infra-estrutura deficiente até ausência de programas regulares para aperfeiçoamento e atualização dos docentes.

O presente trabalho confirma e amplia essas afirmações apontando negligências nos seguintes quesitos: infra-estrutura mínima necessária para o funcionamento da instituição; procedimentos pedagógicos configurando metodologias insatisfatórias; sistema de avaliação, refletindo a inadequação de todo o processo pedagógico; relação entre perfil profissiográfico e currículo escolar denunciando a incompatibilidade desta relação e explicitando a debilidade de alguns

curso; atividade docente, evidenciando o desinteresse do professor pela própria função decorrente, supõe-se de seu despreparo técnico, desmotivação política e rejeição do próprio papel social. Executando-se os aspectos ligados à infra-estrutura, todos os demais convergem para a formação, melhor dizendo para a falta de formação do professor.

Do ponto de vista de macrovisão é inegável a relação entre dependência econômica e cultural, desenvolvimento nacional e formação do professor.

É importante que se promova um questionamento do ensino universitário no Brasil, a fim de que se busque privilegiar a dimensão social e política da universidade e se defina os marcos gerais da formação de seus professores. Ao se tornar apenas um repetidor de aulas, o professor perde a dimensão de educador, não se questiona, fica inerte, apassiva e imobiliza seu aluno. Assim, é importante que se diagnostique qual a percepção do professor sobre o que seja ensino e o que seja aprendizagem além das intrínsecas relações entre esses dois conceitos.

Tem ocorrido com frequência uma oscilação da responsabilidade desse processo de ensino-aprendizagem que ora pousa sobre os ombros do professor, ora é radicalmente imputado aos próprios alunos ou às suas condições sócio-econômicas, ora é atribuído ao imponderável das circunstâncias sejam do professor, do aluno, da Instituição ou do próprio país.

A questão metodológica, no desenvolvimento da aula propriamente dita, com limites indefinidos entre o autoritarismo e o *laissez faire* tem estimulado alunos a críticas contundentes, nem sempre fundamentadas, e levado o professor a optar por uma didática que acaba por privilegiar apenas um ângulo do processo e sempre o mesmo ângulo.

Por outro lado, não pode culpabilizar o professor por excessos ou omissões no trato com os métodos pedagógicos. Este professor é fruto da própria má formação universitária, que por sua vez decorre da inexistência de cursos de pós-graduação de qualidade aos quais ele tenha acesso. Decorre ainda da inexistência de incentivo, leia-se salário, indispensável para a necessária atualização.

Quanto ao perfil do professor como facilitador ou inibidor da aprendizagem a ser efetuada pelo aluno, muitas teorias se contrapõem: do controle rígido e formal que inclui presença e horário rigorosamente fiscalizados e até o cumprimento de tarefas artificializadas ao completo abandono do aluno, mascarado por técnicas ou dinâmicas além do uso excessivo e descontextualizado do recurso audiovisual, o professor tem balançado qual um pêndulo entre o privilégio do conteúdo defasado da realidade, anacrônico e ornamental e inútil e o exacerbamento das relações interpessoais substituindo a construção do conhecimento.

A reciclagem nos conteúdos específicos aos quais está ligado o trabalho do professor não basta para uma racionalização de sua linguagem pedagógica; mas é necessário que se investigue, com profundidade, a questão da formação específica do professor universitário.

Buscam-se indicadores para uma ação pedagógica crítica na universidade sendo considerado como critérios de criticidade tanto a percepção dos condicionantes objetivos desta ação, quanto o seu direcionamento no sentido de instrumento de luta para a transformação social.

Para tal é necessário evidenciar o teor das relações entre universidade e sociedade, situando o trabalho pedagógico como um elemento reprodutor das condições dominantes mas podendo ser, também, mediador de uma ação transformadora.

Enfim propõe-se estabelecer uma relação direta e contínua entre a universidade e todos os meios de comunicação disponíveis. A justificativa para esta proposta está na inevitável influência da mídia sobre o estudante e sua função pedagógica. Pode-se dizer que os meios de comunicação ensinam, o avanço tecnológico torna este ensino atraente e eficaz e, se comparado ao ensino desenvolvido na universidade, são vencedores.

Retornando-se as três funções básicas ou o tripé sobre o qual se apóia a universidade temos: o ensino cuja finalidade social é a formação de quadros para auxiliar no próprio desenvolvimento do país.

Nessa medida, a distinção entre currículos e programas é condição sine qua nom. As universidades têm cumprido extensa programação, com conteúdos superficializados pela fragmentação e enorme quantidade de informações, quase sempre desatualizadas, senão inúteis.

Um Currículo escolar universitário é muito mais que um amontoado de itens desconexos ao contrário, é a própria formação total do indivíduo com a equitativa prevalência dos aspectos cognitivos, afetivo e motor que o caracteriza.

Aos aspectos cognitivos estão reservados conhecimentos, fatos, princípios, leis gerais, comentários, opiniões abalizadas enfim tudo o que compõe o conjunto intelectual, científico e tecnológico da civilização. É o campo lógico por excelência.

Todavia, esses conhecimentos, sua análise, inter-relação e até sua aplicabilidade não têm consistência moral sem que se acrescente o aspecto afetivo, humano, intuitivo, valorativo. É o campo atitudinal que impulsiona a ação através das crenças, pré conceitos, julgamentos, princípios familiares, culturais, étnicos, sociais e circunstanciais (geográficos). É o próprio condicionamento histórico do homem frente a si mesmo, ao outro homem e ao mundo.

Um Currículo escolar não pode prescindir deste universo sob pena de invalidar-se.

Finalmente, o aspecto motor, aqui compreendido como o desenvolvimento de habilidades específicas, do fazer mesmo, do artefato, a artezania, a confecção, a elaboração não de um plano mas de algo acabado pronto para o uso social. Assim é que nossos cursos técnicos profissionalizantes têm sido muito mais eficientes e eficazes na adequação do indivíduo à demanda mercadológica da sociedade atual. Um exemplo é o aproveitamento de profissionais egressos da universidade em funções intermediárias de produção e comercialização de produtos

em igualdade e até inferioridade condições salariais (e conseqüentemente prestígio social) de técnicos de nível médio. Chega-se ao despropósito de privilegiar o profissional secundarista em detrimento do universitário, questionando-se cruamente o papel profissionalizante da universidade, uma das conseqüências de sua função ensino.

Não obstante a declarada preocupação de dirigentes educacionais com a qualidade ensino a ser oferecida no terceiro grau o que se observa é a comprovada inadequação desse profissional ao mercado profissional atual.

Hipotetiza-se uma desconsideração do aluno como ser psicossocial, contextualizado, cidadão e responsável civil ao ingressar em uma faculdade (por volta de vinte anos de idade).

Recomenda-se o ensino de um conhecimento inter-relacionado, avaliado, julgado, contraposto e, especialmente, transformado em ação social que habilite seus detentores à observação e análise da realidade na qual se inserem e à conseqüente mudança dessa realidade em seu próprio benefício e no melhoramento da vida de cidadãos desprivilegiados.

Essa ação social só será possível com a ajuda da pesquisa enquanto função da universidade. É a constituição mesma do conhecimento, a formação da postura crítica e questionadora do conhecimento, a oportunidade de novas descobertas, construindo e inovando o conhecimento. A investigação científica instrumentaliza o aluno para que ele não seja apenas receptor do conhecimento acabado, e renova, para o professor, a capacidade funcional.

A função de extensão exercida pela universidade reveste-se de vital importância, aproveitando a mão de obra jovem, sob a orientação dos professores para assistência à comunidade, prestando serviços humanitários, tecnológicos, com projetos sociais, educacionais e culturais que possam modificar, concretamente, para melhor a vida do cidadão não universitário.

A universidade deveria contar com um setor de denúncia interna, uma espécie de ombudsman ou ombudswoman com um espelho do aluno, que sanando dificuldades simples, alteram, substancialmente, a produção e a imagem da Instituição. É responsabilidade dos dirigentes a imagem de suas instituições e, por conseguinte, da própria educação.

Para tal deve-se rever conceitualmente a própria instituição, dar-lhe uma nova concepção em termos de relações ensino/aprendizagem, aula, metodologia, disciplina, avaliação, etc., antes de se pensar em modificações técnicas ou instrumentais.

Tanto administradores quanto professores universitários precisam ser despertados para querer uma educação realmente efetiva. Muitos trabalhos na área da educação refletem intuições mas poucos apresentam soluções. O que importa é o significado, o conceito e o princípio norteador da ação educativa.

Indaga-se: que conteúdos os professores têm transmitido por intermédio da relação que estabelecessem com seus alunos; que formação estarão promovendo?

Ao descrever as unidades de significado houve um esforço deste pesquisador para evitar a interferência do julgamento, da pré concepção, buscando-se sistematizar e explicitar apenas o que ia-se revelando no discurso natural do sujeito.

Entretanto, esse discurso já era observado, introjetado e interiorizado pelo professor quando dos seus contatos com os alunos nas situações absolutamente costumeiras: corredores da faculdade, lanchonete, fila do *xerox*, banheiros, antes e depois da aula etc.; enfim uma fala do aluno tal como se realiza entre iguais, sem formalidades.

Há um aprofundamento na preocupação deste pesquisador com a produção de conhecimento articulada às relações professor x aluno. A questão inicial que se coloca é: deve-se privilegiar o conteúdo ou a relação entre o professor e o aluno.

A preocupação maior é com a transformação da realidade, com a superação da fragmentação do conhecimento, com o desenvolvimento crítico e criativo dos alunos.

Constata-se: resignação diante do já estabelecido; a tendência a se repetir o já sabido; dificuldade para transformar as idealizações em ações; propensão a evitar o aguçamento das contradições; escamoteamento da relação humana existente em sala de aula; ações padronizadas do professor para atender à expectativa do aluno.

Quanto à infra-estrutura observa-se que a inexistência de bibliotecas atualizadas nas universidades particulares é uma constante. O acervo é quase inútil já que não contempla as descobertas científicas e tecnológicas mais recentes.

Cabe ressaltar ainda, os baixos vencimentos do professor na universidade particular em todo o país. É o professor *aulista* que não recebe remuneração para pesquisa, preparo das aulas ou correção dos trabalhos realizados pelos alunos.

6. Bibliografia:

- Azevedo, F. *As Universidades no Mundo de Amanhã*. São Paulo: Nacional, 1947.
- Campos, E. S. *História da Universidade de São Paulo*. São Paulo, 1954.
- Castro, C. M.; Tramontim, R.; Braga, R. *O novo ensino superior*. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 1985.
- Cunha, L. A.. *A Universidade Reformada*. Rio de Janeiro: Francisco Alves. pp. 147 e 148.
- Fávero, M.L. A. *A Universidade Brasileiro em Busca de sua identidade*. Tese de livre docência. Rio de Janeiro: PUCRJ, 1977.
- Freire, P. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.
- Freitag, B. *Escola Estado e Sociedade*. São Paulo: Moraes, 1980.
- Frigotto, G. *A Produtividade da escola Improdutiva*. São Paulo: Cortez, 1988.
- Furter, P. *Educação e Vida: Uma contribuição a definição da educação permanente*. Petrópolis: Vozes, 1966.
- Gandini, R. P. C.. *Tecnocracia, Capitalismo e Educação em Anísio Teixeira, 1930-1935*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

- Garaudy, R. *O ocidente e um acidente*. Rio de Janeiro: Salamandra, 1978.
- Gusdorf, G. *Professores, para quê?* Lisboa: Moraes Editores, 1970.
- Harbison, F.; Myers, C. *Educação, Mão- de- Obra e Crescimento Econômico*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- Jacoby, R. *Os últimos Intelectuais*. São Paulo: Edusp, 1990.
- Lei nº 4.024, de 20/12/61 - *Fixa as diretrizes e bases da Educação Nacional*.
- Lei nº 5.540 de 28/11/68 - *Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior*.
- Macciocchi, M. A. *A favor de Gramsci*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- Mann, H. *A Educação dos Homens Livres*. IBRASA, 1963.
- Melo Maria, L. A. *Incursões no mundo vivido por professores e alunos*. Tese de Doutorado – USP, 1986.
- Messadi, M. et. al. *Educação do futuro*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1975.
- Minogue, K. *O conceito de Universidade*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.
- Moreira, D. A. *Avaliação do professor universitário pelo aluno: possibilidades e limitação*. Tese de Doutorado – USP, 1986.
- Morim, E. *Para sair do Século XX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
- Ribeiro, D. *A universidade necessária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- Ruas, A. G. *O ensino superior no Brasil e sua estrutura básica*. São Paulo: Mc Graw Hill, 1981.
- Saidon, O. (org.). *Análise Institucional no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço Tempo, 1987.
- Saviani, D. *Ensino Público e algumas falas sobre Universidade*. São Paulo: Cortez, 1965.
- Schultz, T. W. *O Capital Humano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.
- Schwartz, B. *A Educação, Amanhã*. Rio de Janeiro: Vozes, 1976.
- Senn, R. E. *Tecnologias avançadas de educação e o ensino superior no Brasil*. São Paulo: PUCSP, 1974.
- Shor, I. *Medo e Ousadia. o cotidiano do Professor*. Coleção Educação e Comunicação 1986.
- Teixera, A. *O Ensino Superior no Brasil*. São Paulo: FGV, 1989.
- Toffler, A. *O Choque do Futuro*. Rio de Janeiro: Artenova, 1972.
- _____. *Aprendendo para o Futuro*. Rio de Janeiro: Artenova, 1977.
- Tolle, P. E. Conselho Federal de Educação, *Documenta, Súmula 4*, 1967.
- Varjara, S. C. A autonomia da Universidade e a nova República. *Forum Educacional* - Revista Trimestral do Instituto de Estudos Avançados em educação da Fundação Getúlio Vargas. Vol.12 número 2, 1988.